



PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM UMA UNIVERSIDADE DO SUL DE MINAS GERAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

JULIA GUSMÃO CARDOSO; RENATA FORTES SIQUEIRA; ISADORA CARNEIRO RAGUZZONI; PAOLA ARRUDA MARTINS GONÇALVES; RENATO AUGUSTO PASSOS

RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) configuram um grave problema de saúde pública com consequências sociais e econômicas, apesar da disponibilidade e acesso ao diagnóstico e tratamento. Os testes rápidos para a detecção da sífilis, HIV e hepatites B e C, são ofertados gratuitamente nas unidades de saúde, no entanto, barreiras como a baixa adesão e, consequentemente, perda de insumos são frequentes nos municípios. Além disso, o déficit no conhecimento da população acerca das IST pode corroborar para sua transmissibilidade, sendo essa maior nas populações jovens. O objetivo foi relatar a experiência de testar acadêmicos e servidores públicos de uma Universidade Federal para IST e orientar sobre a transmissão, os sintomas e a prevenção das mesmas. Relato de experiência do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina IESC (Integração, ensino, serviço e comunidade) por acadêmicos do sétimo período de uma Faculdade de Medicina do sul de Minas Gerais. Foram realizados 33 testes rápidos para sífilis, HIV e hepatites B e C em acadêmicos e servidores públicos de uma instituição federal do município, sob supervisão de profissionais de saúde, além da disseminação de orientações voltadas à prevenção das IST abordadas. A faixa etária dos participantes variou entre 18 a 62 anos e a média de idade foi 31,24 anos, além disso houve maior adesão das mulheres, em ambos os grupos testados. Todos os testes realizados apresentaram-se “não reagente”. A finalidade do projeto de intervenção foi realizar testes rápidos e informar sobre as IST, conhecendo as necessidades do público abordado, em que se destacou grande necessidade de promoção da saúde para o público masculino.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Prevenção; HIV; Hepatite.

1 INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) configuram um grave problema de saúde pública com consequências sociais e econômicas, apesar da disponibilidade e acesso ao diagnóstico e tratamento. No Brasil, em 2021, de acordo com o Boletim Epidemiológico, foram registrados 167.523 casos de sífilis, sendo que a maior parte deles (79.045) estão na região Sudeste (Ministério da Saúde, 2021). Em relação a hepatite B, em 2021, diagnosticou-se cerca de 7.256 casos, enquanto que a hepatite C, 11.166 (Ministério da Saúde, 2021). Já em casos de HIV/AIDS, foram notificados 35.246 em 2021 (Ministério da Saúde, 2021). Esse panorama reflete um aumento de casos, com exceção das hepatites B e C, quando comparados com os dados de 2020, demonstrando a necessidade de se intensificar ações públicas direcionadas a prevenção de IST, além da importância em realizar os testes rápidos disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Os testes rápidos para a detecção da sífilis, HIV e hepatites B e C, são ofertados publicamente e encontrados nas unidades de saúde, principal porta de entrada do Sistema Único

de Saúde (SUS), de forma gratuita. No entanto, uma barreira encontrada em diversos municípios, bem como no município em que foi realizada a pesquisa, é a não adesão espontânea a realização dos testes, levando a baixa detecção das IST e perda dos insumos devido a validade (Bernardes Costa et al., 2021).

Ademais, a incidência das IST, propagadas principalmente por meio do contato sexual, tem aumentado nas populações mais jovens (Pesquisa Nacional de Saúde, 2019), as quais estão associadas a comportamentos sexuais de risco, como o abuso de álcool e drogas, podendo predispor a relações sexuais sem o uso de preservativos ou ao uso inconsistente de tal, esta, principal forma de prevenir tais infecções (Stephanou et al., 2022). Assim, ao considerar as populações mais jovens, sobretudo em ambiente universitário, com maior acesso à educação e altas taxas de contaminação, evidencia-se também a necessidade de investigação nas faixas etárias mais elevadas, as quais por dificuldades no acesso à informação é exposta as IST.

O objetivo foi relatar a experiência de testar acadêmicos e servidores públicos de uma universidade para infecções sexualmente transmissíveis e orientar sobre a transmissão, os sintomas e a prevenção de tais.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina IESC (Integração, ensino, serviço e comunidade) pelos acadêmicos do sétimo período de uma faculdade de medicina no sul de Minas Gerais. A ação ocorreu no dia 27 de outubro de 2022 em uma universidade do município, na semana destinada às comemorações do dia do servidor público. Foram disponibilizados os seguintes testes rápidos: sífilis, HIV, hepatite B e hepatite C para acadêmicos e servidores públicos. Todos os participantes realizaram os testes por espontânea vontade e o processo foi realizado de acordo com as normas éticas do Ministério da Saúde. A execução dos testes foi feita pelos acadêmicos de medicina, sob a supervisão dos profissionais do CAP-IST, sendo que todos os testes foram fornecidos pela prefeitura do município. Após a realização dos testes, os participantes receberam os resultados de forma individual de acordo com a lei nº 14.289 que garante o sigilo das pessoas infectadas por IST. Além disso, os participantes foram instruídos com orientações voltadas à prevenção de IST, por meio de folhetos informativos disponibilizados pelo CAP-IST, abordando as formas de transmissão de cada infecção, seus sintomas e tratamento.

3 DISCUSSÃO

Foram realizados 33 testes rápidos para sífilis, HIV e hepatites B e C em acadêmicos e servidores públicos da instituição¹. Todos os resultados foram considerados no relato. A faixa etária dos participantes variou entre 18 a 62 anos e a média de idade foi 31,24 anos, como demonstrado na Figura 1. Do total de testes concluídos, 14 foram realizados em servidores públicos e 19 em acadêmicos. Quanto ao sexo dos participantes, houve maior adesão das mulheres, em ambos os grupos testados, sendo 19 testes em mulheres e 14 em homens. A relação entre profissão e sexo está representada na Figura 2. Por fim, os 33 testes rápidos realizados apresentaram-se “não reagente” para as IST sífilis, hepatite B, hepatite C e HIV, em todas as faixas etárias, sexos e profissões abordadas.

¹ Todas as normas de biossegurança foram seguidas e a Lei do sigilo na entrega dos resultados dos testes foram seguidos e acompanhados por profissionais de saúde, em salas individuais.

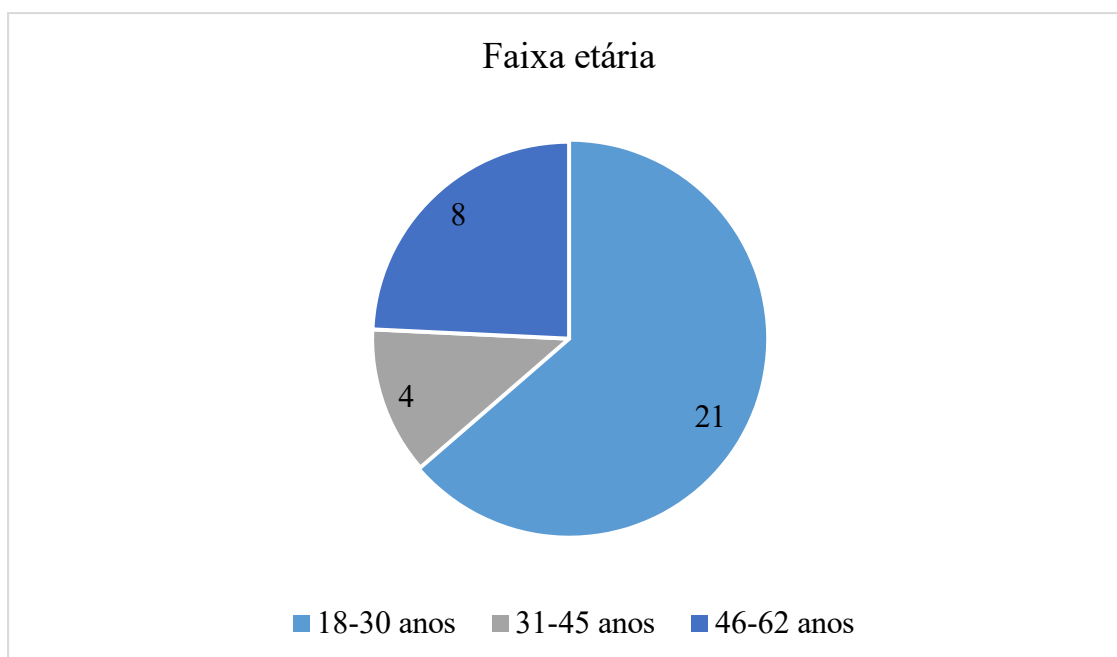


Figura 1. Faixa etária dos participantes.

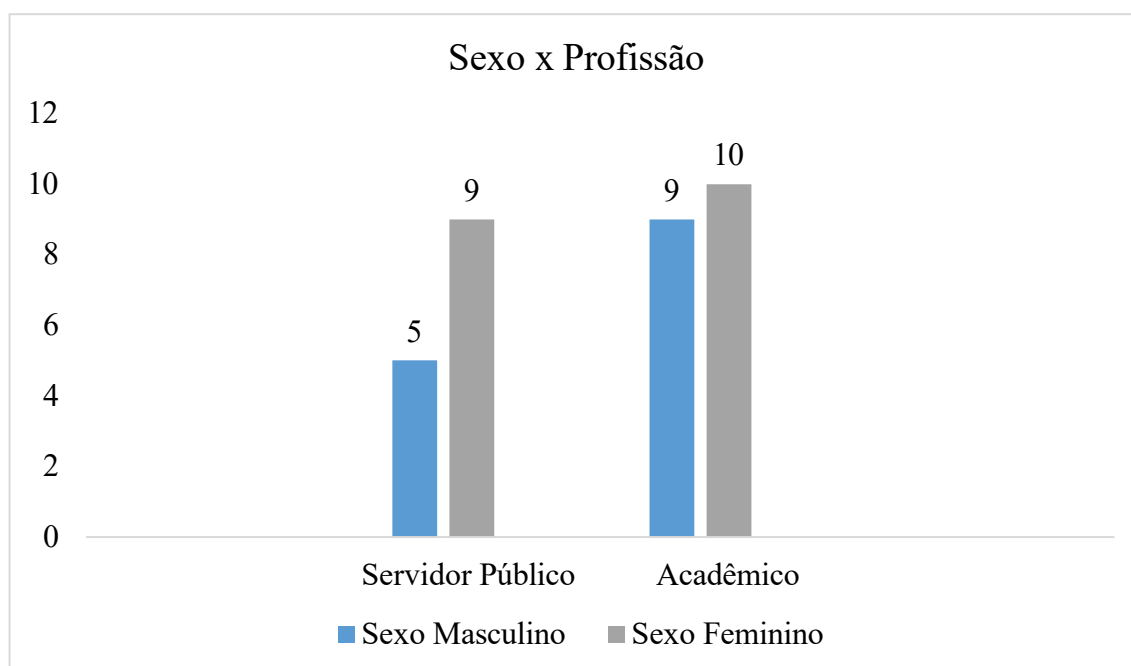


Figura 2. Relação entre sexo e profissão dos participantes.

Quanto a faixa etária da amostra e a profissão, considerando ser uma instituição com centenas de universitários, é notável a pouca aceitação e acesso a esse público. Desse modo, é possível considerar que os dados disponíveis sobre tais IST possam ainda se apresentarem maiores devido a subnotificação, visto que as dificuldades evidenciadas pela ação relatada são um reflexo das dificuldades das unidades de saúde do município.

Além disso, a maior adesão do público feminino (57,58%) em relação ao masculino (42,42%) a realização dos testes rápidos espelha a visão masculina sobre os serviços de saúde da atenção primária, de modo a revelar os obstáculos para a dedicação e cuidado à saúde, como as restrições no horário de atendimentos das unidades, comunicação deficitária e desconhecimento sobre a saúde preventiva (Cavalvanti et al., 2014). Desse modo, demonstra-se a necessidade de se atingir o público masculino por meio da intensificação da Política

Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), instituída em 27 de agosto de 2009, por meio da Portaria GM/MS nº 1944, visando a promoção da saúde e prevenção de agravos na saúde masculina (Moura et al., 2014).

Ademais, a educação popular em saúde constitui um grande desafio para os profissionais da área, sendo necessário conhecer as demandas da população para elaborar estratégias eficazes, a fim de reduzir as lacunas do conhecimento, corroborando para a redução da incidência das IST e para a qualidade de vida (Oliveira Faustino et al., 2021).

Portanto, consideramos importante a ampliação do acesso aos testes rápidos para sífilis, hepatite B, hepatite C e HIV em todas as faixas etárias por meio de ações direcionadas, bem como pela adesão espontânea dos indivíduos, por meio da educação em saúde, haja vista os benefícios em se diagnosticar e tratar precocemente, reduzindo, assim, a transmissibilidade e a mortalidade por outras infecções e complicações (Ministério da Saúde, 2015).

4 CONCLUSÃO

A finalidade do projeto de intervenção destinado a população de um município do sul de Minas, foi realizar testes rápidos e tornar as informações sobre as IST mais acessíveis, um assunto de transcendência na saúde e de extrema negligência no país. Destacou-se pouca aceitação dos universitários, sendo caracterizado por maior adesão do público feminino às ações de prevenção de agravos, com isso, torna-se imprescindível a realização de ações de promoção da saúde para o público masculino e jovem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cerca de 1 milhão de pessoas contraíram infecções sexualmente transmissíveis no Brasil em 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/maio/cerca-de-1-milhao-de-pessoas-contrairam-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil-em-2019#:~:text=M%C3%B3dulos%20da%20Pesquisa%20Nacional%20de%20Sa%C3%Bade%20%28PNS%29%202019,popula%C3%A7%C3%A3o%20com%2018%20anos%20de%20idade%20ou%20mais>. Acesso em: 21. dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Nova lei garante sigilo a pessoas vivendo com HIV, hepatites crônicas, tuberculose e hanseníase**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/nova-lei-garante-sigilo-a-pessoas-vivendo-com-hiv-hepatites-cronicas-tuberculose-e-hanseniose>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Indicadores e dados básicos das hepatites nos municípios brasileiros**. Brasil, 2000-2021. Disponível em: <http://indicadoreshepatites.aids.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Indicadores e dados básicos do HIV/AIDS nos municípios brasileiros**. Brasil, 1980-2022. Disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Indicadores de sífilis nos**

municípios brasileiros. Brasil, 2011-2022. Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis:** Atenção às pessoas com doença sexualmente transmissíveis. Brasília, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAVALCANTI, J. *et al.*. **Assistência integral a saúde do homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento.** Escola Anna Nery, v. 18, n.1, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/788Rdv7GTmx8TNyPxXQ8BDB/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2022.

COSTA, A.; BAQUIÃO, L.; SILVA, S.; SILVA, C. Cobertura de Testes Rápidos na Atenção Básica: relato de experiência. **Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, p.103, 2021.

FAUSTINO, M. *et al.*. Educação em saúde acerca das infecções sexualmente transmissíveis no ambiente prisional feminino: revisão integrativa. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 11, n. 67, p. 6763–6774, 2021. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1407>. Acesso em: 21 dez. 2022.

INSTITUTO SANTA MARTA DE ENSINO E PESQUISA. **Cerca de 1 milhão de pessoas contraíram infecções sexualmente transmissíveis no Brasil em 2019.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ismep.com.br/cerca-de-1-milhao-de-pessoas-contrairam-infecoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil-em-2019/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOURA, E. *et al.*. **Atenção à saúde dos homens no âmbito da Estratégia Saúde da Família.** Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.1, fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SvzSh9fTZwFRGwTfKm4KXPF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2022.

STEPHANOU, A.; FREITAS, I. de.; DIAS, A. **Fatores associados ao uso de camisinha entre jovens universitários.** Psico-USF, v.27, n.3, p.539-552. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/dqD3NT3Chm6vMM5hSKFKxzm/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 dez. 2022.